

JUÍZES NA MIRA

Antônio Álvares da Silva

Professor titular da Faculdade de Direito da UFMG

O covarde e brutal assassinato da juíza Patrícia Acioli mostra a nova face do terrorismo e da impunidade no Brasil. Outros cem estão na mira de criminosos e, se não houver pronta reação, ficará impossível a administração da Justiça. Então, estará derrubado o Estado Democrático de Direito e o país mergulhará no caos.

O crime da juíza, que lhe custou a vida, foi o de punir milícias justiceiras, máfias, transporte irregular, policiais corruptos, civis e militares e outros violadores da lei que compõem o grande elenco da criminalidade que impera entre nós.

O fato mostra que já chegamos ao estágio do crime organizado da Itália nos anos 80, embora por razões diferentes. Aqui as organizações criminosas ainda não dominaram governo e autoridades, através da infiltração em postos-chave. Mas, em razão do comércio de drogas, monopolizaram reservas econômicas e já tem força para dominar parte da sociedade.

Com o assassinato da juíza Patrícia Acioli, foi dado um passo além: para garantir a impunidade, passaram a matar autoridades para amedrontá-las no cumprimento de seus deveres de apurar, julgar e punir criminosos.

Na campanha das Mãos Limpas na Itália foram mortos 24 juízes e promotores. Porém, a reação do Estado foi radical e eficiente. A máfia perdeu força, embora não tenha sido extinta, nem nunca será, pois um certo resquício de criminalidade existirá sempre em qualquer sociedade organizada.

Qual o caminho que nossas autoridades tem de seguir? A exemplo da Itália, temos que rever nossos conceitos, simplificar as leis penais e dar resposta pronta ao crime agressivo. Agir com energia não é ilegalidade nem violência. Limitar recursos e impedir chicanas processuais não significa retirar direito de defesa. Judiciário eficiente não é arbítrio, mas dever do Estado.

Não há mais lugar para a omissão. Nos distúrbios da Inglaterra, os tribunais funcionaram 24 horas para prender e punir os desordeiros. Sete dezenas já foram julgados e vão pagar pelo que fizeram. Quando seremos capazes de fazer o mesmo no Brasil?

A reação do Estado tem que ser pronta, imediata, eficaz e contundente. Se a opção de matar juízes se transformar em regra, teremos dias negros pela frente, porque não existe sociedade sem ordem. A punição não significa criar entre nós um Estado policlesco. Queremos, ao contrário, um Estado capaz, pois é função das democracias garantir primeiramente a ordem. Depois, através das medidas adequadas, instituir políticas econômicas e sociais adequadas para que haja progresso e elevação do nível social de todas as classes sociais.

O sacrifício extremo da juíza Patrícia Acioli pode ser a marca de uma nova era para o Judiciário e para o legislador. Agora é agir com rigor e coragem para que o crime não vença a lei e o país tenha a paz necessária para crescer.

(Publicado no Jornal Hoje em Dia em 18/8/2011)